

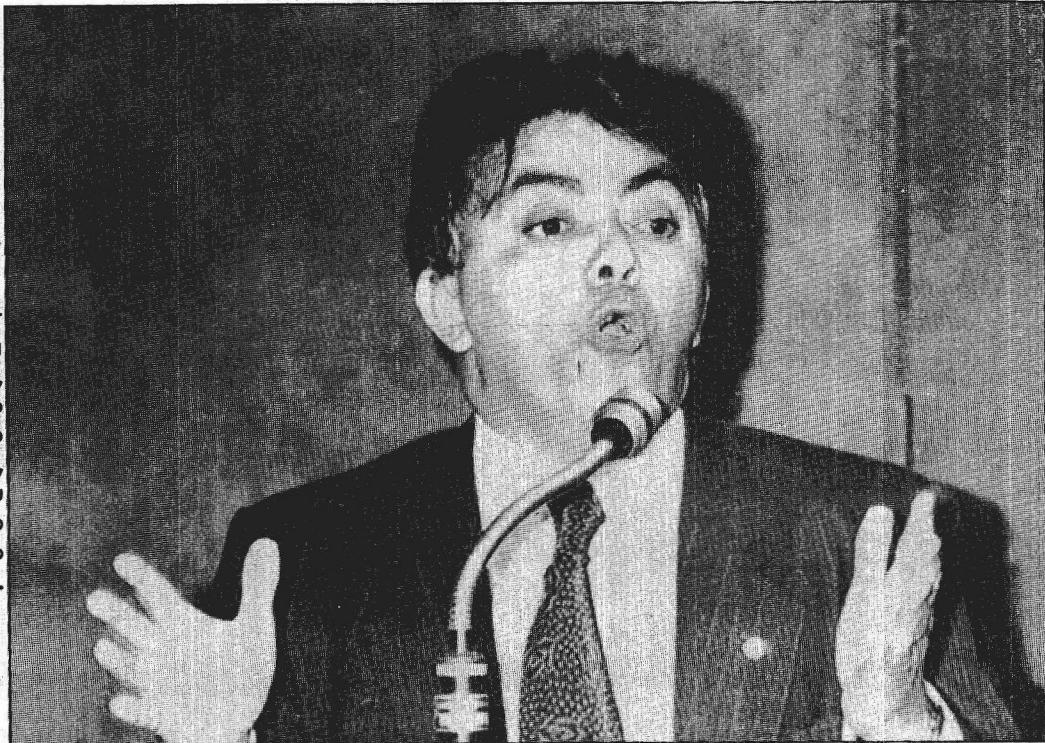
Acordo sobre a nova política salarial foi feito na última hora

Até poucas horas antes da votação da Medida Provisória 295, o PMDB mantinha-se unido aos demais partidos de oposição, como PSDB, PT, PDT, PSB, PCB e PC do B. Na última hora, no entanto, voltou as costas para a maioria dos seus aliados e fechou um acordo de oito itens com o governo, garantindo a maioria para a aprovação do projeto de mudança apresentado pelo deputado Paes Landim (PFL-PI). O líder do PMDB, deputado Genebaldo Correia, defendeu da tribuna a aprovação do projeto de Landim.

O acordo final foi selado entre o PMDB, PDC, PRN, PFL, PTB, PL e PDS. O ponto básico acertado foi a manutenção do artigo 28 do projeto, que valida todas as Medidas Provisórias sobre política salarial editadas no governo Collor e que, na prática, impede que os tribunais trabalhistas concedam reposição de perdas salariais relativas a esse período. O PMDB aceitou a manutenção do artigo 28, ponto de honra para o governo — embora posicionando-se contrário à medida — em troca da concessão de um abono de Cr\$ 3 mil para o salário mínimo em abril, elevando a menor remuneração para Cr\$ 20 mil.

Além da elevação do abono para o salário mínimo, o PMDB ob-

O líder do PMDB na Câmara, deputado Genebaldo Correia, defendeu a aprovação do projeto do governo.



André Dusek/AE

teve alguns dos itens que já acertara com os partidos de oposição. Na reunião com os partidos que apoiaram o governo, o PMDB conseguiu negociar uma forma de reajuste mista para aposentados e pensionistas da Previdência Social, que garante reajustes pela variação nominal (em cruzeiros) da cesta básica para quem recebe até

um salário mínimo e reajustes pela variação percentual para a faixa acima desse valor. O PMDB conseguiu ainda a promessa de que em 30 dias o governo enviará ao Congresso um projeto de lei estabelecendo as normas de custeio e benefícios da Previdência Social e, em 60 dias, um projeto estabelecendo a política salarial para o

funcionalismo civil e militar. Embora não tenha participado da reunião que selou o acordo final — por ser contrário à manutenção do artigo 28 — o PSDB votou, na Câmara e no Senado, a favor do projeto de mudança, divergindo apenas na votação de algumas emendas e destaques.

Helena Daltro/AE